

MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA NO BRASIL: EPISIOTOMIA E O EPISIORRAFIA COMO VIOLADORES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

FEMALE GENITAL MUTILATION IN BRAZIL:
EPISIOTOMY AND EPISIORRHAPHY AS VIOLATORS OF FUNDAMENTAL
RIGHTS

SOUSA. Mariana Lima¹¹
COSTA. Melissa Carla de Moraes¹²

RESUMO

O patriarcado está intrinsecamente ligado ao cotidiano, ainda que seja difícil a percepção, estando presente em diversos âmbitos, como por exemplo na obstetrícia, onde por vezes mulheres são submetidas a operações desnecessárias que põem em risco sua saúde e viola seus direitos sexuais e reprodutivos. O presente trabalho busca fazer uma análise crítica sobre a episiotomia e o ponto do marido como formas de mutilação genital feminina, sendo esta tida para a ONU como violência que deve ser erradicada, tal violência decorre do machismo que está intrinsecamente disseminado e que gera a violência de gênero, que acaba sendo enviesada e pouco se tem discutido. Para construção do trabalho foi usada a revisão literária com fim a demonstrar o que seria a episiotomia e o “ponto do marido”, bem como as consequências destas violências no corpo e psicológico de diversas mulheres que foram

¹¹ Graduada em Direito pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO); Juazeiro do Norte – CE. Pós-graduação em andamento em Direito do Consumidor e Direito de Família pela FAVENI; E-mail: mariana_lima15@outlook.com;

¹² Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), graduação em andamento em Direito pelo Centro Universitário UNIPÊ; melissacosta1012@gmail.com

submetidas e outras obras literárias que demonstram violências de gênero e opressões existentes na sociedade.

Palavras-Chave: Violação de Direitos Humanos. Direitos Femininos. Opressões. Controle do Corpos Femininos. Violência Obstétrica.

ABSTRACT

The patriarchy is intrinsically linked to everyday life, even if it is difficult to perceive, and is present in various areas, such as obstetrics, where women are sometimes subjected to unnecessary operations that put the health of women at risk and violate their sexual and reproductive rights. This article analyzes the episiotomy and the husband's point as forms of female genital mutilation, which is considered by the UN as violence that must be eradicated, such violence stems from the male chauvinism that is intrinsically disseminated and generates gender violence, which ends up being biased and little has been discussed. For the construction of this study, a literature review was used in order to demonstrate what episiotomy and the "husband's point" would be, as well as the consequences of this violence on the body and psychological of several women who have been submitted, and other literary works that demonstrate gender violence and oppression existing in society.

Keyword: Human Rights Violation. Women's Rights. Oppressions. Control of the Female Body. Obstetric Violence.



INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa à discussão de um assunto ainda pouco debatido, a episiotomia e o “ponto do marido”, ambas violências de gênero que violam direitos fundamentais das mulheres e que geram sofrimento físico e psíquico, violência essa decorrente da submersão em uma realidade machista, que faz com que pouco se veja determinadas violências perpetradas para com as mulheres bem como sua continuidade.

A episiotomia, o corte feito no períneo para facilitar a passagem do recém-nascido e o “ponto do marido” como sendo a reconstituição após a episiotomia por meio da sutura além do necessário com o objetivo de deixar a mulher com o canal vaginal apertado, são formas de violência de gênero que acarretam a violação do corpo feminino, seus direitos sexuais e reprodutivos, e em alguns casos o vaginismo, que seria a contração involuntária da musculatura do canal vaginal que acarreta incomodo na penetração, além do sofrimento psíquico.

Como meio de evidenciar a problemática foram usados artigos científicos que demonstram os males da episiotomia e do “ponto do marido” como procedimentos prejudiciais à saúde feminina bem como violadores da integridade física, privacidade, saúde sexual e reprodutiva da mulher, feitos muitas vezes sem o consentimento, no momento em que muitas vezes a mulher não consegue exprimir claramente sua vontade.

Para tal pesquisa, o objetivo central seria o estudo da episiotomia e episiorrafia como procedimentos que muitas vezes são feitos sem necessidade e sem o consentimento da mulher e as diversas consequências disso no corpo e psicológico feminino que tem seus direitos sexuais e reprodutivos violados em detrimento do prazer masculino, para que seja alcanço tal objetivo, se faz necessário a breve

explicação sobre os dois procedimentos, bem como demonstrar as consequências negativas de seu uso, evidências científicas em que provam não serem necessários e pôr fim a importância de políticas públicas de saúde pública que visam trazer conhecimento as mulheres sobre o próprio corpo.

EPISIOTOMIA

A episiotomia é o corte no períneo, cortando-se a entrada da vagina, para a facilitação da passagem do recém-nascido, esse procedimento pode afetar diversas estruturas que tem como consequência a continência urinária e fecal, prejuízo das funções sexuais, dor no pós parto, dificuldade na amamentação e formação de vínculo, deformação, podendo ser feita com tesoura ou bisturi e a posteriori é feita uma sutura com fio cirúrgico absorvível com vista a reconstruir o lugar do corte (SÃO BENTO & SANTOS, 2006).

Por meio de revisões sistemáticas e estudos, constatou-se que a episiotomia não encontra suporte científico que justifique necessidade de realização, somado a isso, além de não prevenir lacerações no perineais, o procedimento ainda favorece a aparições de lacerações de 3º e 4º graus, cumulativamente a esses dados, a OMS elaborou manual técnico que insere a episiotomia como procedimento para ser evitado (SÃO BENTO & SANTOS, 2006).

Desde meados da década de 1980 existem evidências científicas para a abolição da episiotomia, o seu uso é recomendado no máximo entre 15% e 30% dos casos onde houver evidência de sofrimento fetal e materno ou o progresso do parto quando o períneo for responsável pelo progresso inadequado (DINIZ & CHAMCHAM, 2006). Porém não existe justificativa para realização de episiotomia de rotina uma vez que esta



não traz benefícios nem para a mãe nem para a criança, assim como aumenta a necessidade de sutura no períneo, o risco de complicações no sétimo dia pós parte e acarreta dor e desconfortos que são desnecessários (DINIZ & CHAMCHAM, 2006).

Outro procedimento bastante utilizado e também caracterizado como violador dos direitos sexuais e reprodutivos era o uso do fórceps, porém foi demonstrado que partos em que o utilizavam tinham aumento de dez vezes no risco de lesão perineal se comparado ao parto que não o utilizava (DINIZ & CHAMCHAM, 2006). Dessa forma fica evidente o uso de métodos que não possuem comprovação científica e que trazem a violabilidade de direitos sexuais e reprodutivos (DINIZ & CHAMCHAM, 2006).

A episiotomia realizada desnecessariamente pode acarretar dores e problemas sexuais por muito tempo, além do que, para realização desta, a mulher deve ter ciência bem como decidir sobre qualquer procedimento realizado no seu corpo. A episiotomia pode ser evitada usando de exercícios como meio de fortalecer a musculatura perineal (SÃO BENTO & SANTOS, 2006).

PONTO DO MARIDO

O “ponto do marido” trata-se da sutura como forma de reconstituir o períneo após a episiotomia, onde nessa sutura diminui-se o diâmetro do diafragma vulvovaginal, ou seja, é um ponto mais apertado, de forma a apertar a entrada da vagina, trazendo a concepção de virgindade da mulher e a preservação do prazer ao homem no ato da penetração, independente das consequências oriundas desse procedimento (SÃO BENTO & SANTOS, 2006).



O parto é um evento poderoso, que impugna o patriarcado, dessa forma as mulheres tornam-se submissas ao poder médico e acabam se tornando vulneráveis aos procedimentos desnecessários, como é o exemplo da episiotomia, ou o “pique”. A episiotomia bem como o ponto do marido, demonstra um machismo e uma sobreposição do prazer masculino ao bem-estar feminino, ambos procedimentos além de demonstrar a influência do patriarcado na saúde sexual da mulher também se caracteriza como ritual de mutilação genital (ARAÚJO, 2014).

Ocorre que, tal procedimento ao invés de proteger a saúde genital ou a do bebê, acaba acarretando danos sexuais, tais como dor intensa, incontinência urinária e fecal, complicações infecciosas, problemas na cicatrização e deformação, trata-se, portanto, de uma violação de direitos sexuais e reprodutivos, dessa forma caracterizando-se como violência de gênero, pois demonstra o domínio do machismo na obstetrícia (ARAÚJO, 2014).

O direito sexual e reprodutivo são direitos assegurados pela constituição federal de 1988, como forma de quebrar o ciclo da violência obstétrica, além da proibição do procedimento, se faz importante também a necessidade de informação das mulheres nos serviços de saúde, sobre a possibilidade parto natural sem ser submetida a procedimentos desnecessários, assim como quebrar o ciclo de desconhecimento sobre o próprio corpo em que muitas mulheres estão submetidas (ARAÚJO, 2014)

VAGINISMO EM MULHERES VÍTIMAS DE EPISIOTOMIA

O entendimento acerca do vaginismo que é uma contração vaginal involuntária que faz com que ocorra em muitos casos no ato da



relação sexual, ou seja, está atrelado a uma disfunção sexual em que assola as mulheres. É caracterizado então por espasmos dos músculos da pelve de maneira involuntária, de modo que acabe gerando em muitos casos um certo desconforto e dor, quando há a penetração e também pode acontecer a incapacidade de ter a relação sexual.

No que se diz respeito a episiotomia, é uma técnica usada que não é mais tão recomendada, visto que causa dor na hora do parto vaginal para ajudar na saída do bebê e que em muitos casos não tem o consentimento da mulher o que leva a uma violência obstétrica. Contudo, as consequências que repercute dessa técnica são das mais variáveis, como problema na função intestinal, urinária e sexual das mulheres, além da insegurança e constrangimento em relação ao corpo. Assim, entende-se que a episiotomia está inclusa em ser um dos motivos do vaginismo, tendo esse fato em mulheres vítimas do procedimento do corte feito pela episiotomia e da episiorrafia que é a sutura desse corte que deixa uma cicatriz.

Nesse contexto, de que as consequências do método da episiotomia tem por meio do desconforto, dor intensa, disfunção sexual e entre outros, observa-se quando se trata da relação sexual nas mulheres que passaram por essa técnica o fato é que há uma vivência de medo, culpa e dor e isso se dá justamente pela sutura que foi feita quando houve a episiotomia, e a partir da sutura pode então se designar como “ponto do marido” que tem a ideia de haver mais sensibilidade ao casal no ato da relação, o que mostra que as mulheres perdem o poder sobre o seu próprio corpo nesses momentos, visto que não são interrogadas se querem ser submetidas a essa técnica.

Por mais que a episiotomia seja um procedimento em que transporta às mulheres a vivenciarem dores físicas, questões psicológicas, modificações corporais, disfunção sexual e além de tudo o medo e



receio da autoestima, até porque como a episiotomia é um corte e a episiorrafia é a sutura o resultado é que haja uma cicatriz, uma marca que em muitos casos é visto como algo que não foi por autonomia da mulher e sim por motivos que profissionais levaram a manuseio por apenas intuito de acelerar o parto e não avaliar e decidir se se à prática da episiotomia seria adequada para tal parto. Ou seja, o procedimento que tem como o intuito de impedir lacerações no final na maioria dos casos o que ocorre é a não comprovação da técnica-científica ser correta para o momento.

Vale ressaltar, que devido a episiotomia (corte) e a episiorrafia (sutura) demonstra-se as diversas complicações como já visto por meio dessa técnica, sendo assim mulheres vítimas da episiotomia sofrerem uma violação dos direitos sexuais e reprodutivos. Desse modo, o uso indevido e desorganizado da episiotomia acarreta problemas físico e psicológico para as vítimas, além de que esse método em grandes casos não é visto como necessário como também por uma sociedade machista da ideia do “ponto do marido” e sem a mulher ter autonomia própria em relação ao seu corpo.

METODOLOGIA

Essa pesquisa almeja o debate de dos um tipo de violência de gênero, a violência obstétrica, com pouca discussão, contudo, com raízes ficadas na estrutura da sociedade, sendo ignorada por alguns ou até mesmo desconhecida, propondo-se a inculcar ideias de combate a essa modalidade de violência, levar conhecimento para aqueles que se quer sabem que ela existe e quebrar paradigmas patriarcais de submissão da mulher. Para tanto os métodos e técnicas de pesquisa empregados passam a ser explicitados a seguir.



Por ter como fim a mera captação de conhecimento, com objetivo de disseminá-lo e colocar novos argumentos para o reformar e engrandecer, a fim de que futuramente possam levar a resultados acadêmicos ou aplicados importantes, portanto uma pesquisa de finalidade básica (FONTELLES et al, 2009).

Quanto aos objetivos, pôr não ser o intuito desta pesquisa entrar no mérito do conteúdo, mas apenas observar, compreender, registrar e descrever as características de como a violência obstétrica está presente no seio social e muitas vezes passa despercebido ou é incompreendido por muitas mulheres que são vítimas, a pesquisa é puramente descritiva (FONTELLES et al, 2009).

Pelo seu alto conteúdo descritivo a pesquisa tem como forma de abordagem a pesquisa qualitativa, examinando a natureza da temática abordada e compreendendo, profundamente, os seus complexos fenômenos, sendo esse exame foi realizado criticamente, por meio de uma análise valorativa de dados de texto (CRESWELL, 2010; MONTEIRO, 2009).

O método que consubstanciou esta pesquisa foi o dedutivo, chegando à conclusão através da análise de argumentos gerais e já difundidos em outras pesquisas, possibilitando, desse modo, a descoberta de um novo conhecimento (MONTEIRO, 2009).

Por fim, o procedimento utilizado para estruturar a fundamentação teórica dessa pesquisa veio através da bibliográfica, por meio da análise de materiais já publicados e disponibilizados em acervos virtuais na internet e de livros literários, possibilitando assim um leque abrangente de informações, além de permitir a análise de dados dispersos em inúmeras publicações, sendo possível, dessa forma, compreender o fenômeno de forma mais abrangente, através do diálogo que foi estruturado de diversos autores (GIL, 1924; LIMA & MIOTO, 2007).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho traz a discussão sobre a episiotomia e o “ponto do marido”, como violador de direitos fundamentais, tema este que não é amplamente debatido e que visa o despertar sobre essa temática como forma de resguardar e preservar os dispositivos jurídicos que tem como subsidio para essa norma a convenção para eliminação de todas as violências contra as mulheres assim como evidenciar a necessidade de trazer a quebra do ciclo de desconhecimento sobre o próprio corpo que as mulheres enfrentam.

O tema foi escolhido como uma análise mais complexa acerca de um procedimento que ocorre diversas vezes e que faz milhares de vítimas, que traz dentro de uma mesma ótica diversos aspectos de análises sobre as camadas de violência de gênero e suas opressões, como um estudo social de como o machismo está intrinsecamente enraizado na sociedade e faz com que procedimentos como esse sejam tidos como algo cotidiano.

O feminismo tem como base central o fim da violência contra a mulher e por isso tal demanda é extremamente necessária para concretizar tal objetivo, dessa forma, a violência obstétrica demonstra o quanto o patriarcado ainda viola o corpo feminino e como esse procedimento se caracteriza como violência de gênero e caracteriza-se como mutilação genital, sendo uma das camadas de violência contra as mulheres que deve ser vencida haja visto a violabilidade de direitos fundamentais e consequências físicas e psíquicas decorrentes.

A episiotomia e posterior procedimento do “ponto do marido” conforme entendimento decorrente de pesquisas científicas e difundido pela própria Organização Mundial da Saúde, não possuem respaldo científico e dessa forma trata-se de um procedimento desnecessário e

ser evitado pois acarreta diversos problemas na saúde sexual e psicológica da mulher, tratando-se de uma mutilação genital onde os seus direitos sexuais e reprodutivos são violados, sendo tal procedimento feito sem o seu conhecimento. De modo que, o profissional ou o especialista tem um papel importante quando se trata da tomada de decisão no que se refere na realização do procedimento, contudo, há de se ter o dever em desenvolver a ética profissional e também as competências técnicas corretas que visam a partir de estudos científicos em que tem como objetivo ao decidir a forma correta e adequada de atuar nesses casos.

Devido a toda abordagem acerca da episiotomia em que é sobreposta às mulheres no contexto do parto, mas que de algum modo essa técnica não é mais vista como algo que visa o bem-estar da paciente, e sim que à prática cotidiana desse processo há de ser tratado com maior cuidado na obstetrícia, juntamente com médicos e enfermeiros. Pois, a prática da episiotomia já é vista como uma técnica não mais de cunho científico eficaz, a não ser que de fato seja comprovado a real necessidade do procedimento e que acima de tudo a mulher esteja ciente e de acordo para que assim possa haver uma autonomia segura e não apenas uma prática em que mulheres são submetidas apenas por ser uma técnica que possa facilitar algo sem um comum entendimento e acordo.

Além de o trabalho evidenciar sobre as consequências da realização da episiotomia e a episiorrafia, elucidou-se também sobre a necessidade de implantação de políticas públicas com foco em informar mulheres sobre o pré-natal, sobre o conhecimento acerca do próprio corpo como forma de quebrar o ciclo de desinformação que muitas mulheres estão submersas e também do machismo enraizado na



sociedade e evitar a prática desnecessária de procedimentos prejudiciais à saúde da mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, M. R. A. (2014, April). **UM PONTO NO MACHISMO**. In: 11º Congresso Internacional da Rede Unida.

ATWOOD, Margareth. O conto de aia. Diniz, S. G., & Chacham, A. S. (2006). O “corte por cima” e o “corte por baixo”: o abuso de cesáreas e episiotomias em São Paulo. **Questões de saúde reprodutiva**, 1(1), 80-91.

FONTELLES, M. J., Simões, M. G., Farias, S. H., & Fontelles, R. G. S. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**, v. 23 n.3, p. 1-8, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.
JUNIOR, Itamar Vieira. O torto arado. 2019.

LIMA, T. C. S. D., & MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

MONTEIRO, O. M. C. S. **Manual de Metodologia Da Pesquisa no Direito**. 5ª edição, São Paulo, Saraiva, 2009.

Santos, J. D. O., & Shimo, A. K. K. (2007). Discurso do sujeito coletivo das mulheres que sofreram episiotomia. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**, 11(4), 432-438.

São Bento, P. A. D. S., & Santos, R. D. S. (2006). **Realização da episiotomia nos dias atuais à luz da produção científica: uma revisão.** Escola Anna Nery, 10, 552-559.

INTER SCIENTIA

ISSN 2317-7217

REVISTA INTERCIENTIA | V.9 | N1 | MAIO-OUT/2022

